



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

153

Apelação cível nº 328664-8 – Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Apelante: Gisele Cristine Dias.

Apelado: Município de Jaboatão dos Guararapes.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DA AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. REJEITADA. MÉRITO. SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROFESSOR. DISPENSA DO ESTÁGIO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. PREVISÃO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REVOGADA. SERVIDOR ESTÁVEL AO SER INVESTIDO EM OUTRO CARGO NÃO FICA DISPENSADO DE CUMPRIR ESTÁGIO PROBATÓRIO NESTE NOVO CARGO. PROGRESSÃO VERTICAL DA CARREIRA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO. APELO IMPROVIDO. 1. Rejeitada a preliminar, pois a apelante, em suas razões, expõe os fundamentos de fato e de direito do seu inconformismo com a decisão recorrida, ao lastrear suas razões no parágrafo único do art. 7º da legislação municipal que confere o direito a dispensa do estágio probatório, por entender pela sua vigência, de maneira a justificar uma possível prolação de nova decisão, não restando malferido o art. 514, II, do CPC. 2. O entendimento jurisprudencial consolidado é o de que a estabilidade diz respeito ao serviço público e não guarda relação com o cargo, assim o servidor estável, ao ser investido em novo cargo, não fica dispensado de cumprir com o novo estágio probatório, assim são possíveis situações em que o servidor público mesmo estável no serviço público não logre êxito no estágio probatório relativo a outro cargo público que ocupa. 3. Ressalta-se que na hipótese dos autos, não se trata de sucessão de cargos públicos, a situação ora posta é de acumulação de cargos públicos, e, por isso mesmo, imperiosa a necessidade de submissão ao estágio probatório para que a recorrente seja avaliada se reúne condições para o exercício cumulado com o segundo cargo de professora, mesmo se tratando de cargos com a mesma atribuição. 4. Com o advento da Lei Municipal nº 178/2002, que instituiu o Plano de cargos, carreiras e remuneração do Grupo Ocupacional do Magistério de Jaboatão dos Guararapes, o artigo que conferia o direito de dispensa do

segundo estágio probatório foi revogado. 5. Diante da impossibilidade de dispensa do estágio probatório, não cabe a progressão funcional requerida pela apelante, é que a Lei Municipal nº 178/2002 estabelece que não haverá progressão funcional enquanto o servidor estiver em estágio probatório. 6. Precedentes do STJ. 7. Apelo improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 328664-8, acima referenciado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e por unanimidade, em não conhecer a preliminar de ausência de impugnação específica dos fundamentos da sentença, e no mérito, unissonamente, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P. R. I.

Recife, 3 de _____ de 2014


Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Apelação cível nº 328664-8 - Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Apelante: Gisele Cristine Dias.

Apelado: Município de Jaboatão dos Guararapes.

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível diante de sentença que julgou improcedente o pleito autoral, no qual a apelante requer a dispensa do estágio probatório referente ao segundo cargo de Professor por ela exercido, bem como sua progressão por titulação de Professor 1, Classe I 1A para Professor 1, Classe III, 1A, por ser graduada e pós-graduada.

Em suas razões, de fls. 105/110, a parte insurgente pugna pela reforma do julgado, por força do parágrafo único do art. 7º da Lei Municipal nº 176/95, o qual confere a dispensa do estágio probatório ao professor nomeado por concurso, desde que conte à época de 2 (dois) anos de efetivo exercício como estável no Município, em funções idênticas àquelas para as quais prestou concurso, sendo devida a consequente progressão vertical por titulação bem como as diferenças salariais, devendo o apelo ser totalmente provido.

Contrariedade do apelado, às fls. 113/128, aduzindo preliminarmente a inadmissão do recurso de apelo, pelo mesmo não rebater os fundamentos da sentença vergastada, e no mérito, pugna pela incolumidade do julgado de origem.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça, às fls. 140/142, pelo provimento da apelação.

Autos conclusos.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 14 de abril de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

154.

Apelação cível nº 328664-8 – Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Apelante: Gisele Cristine Dias.

Apelado: Município de Jaboatão dos Guararapes.

**VOTO DA PRELIMINAR DA AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA
AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA**

Não merece prosperar a prefacial levantada pelo apelado, quanto da ausência de impugnação específica aos fundamentos da sentença.

Ora, a apelante, em suas razões, expõe os fundamentos de fato e de direito do seu inconformismo com a decisão recorrida, ao lastrear suas razões no parágrafo único do art. 7º da legislação municipal que confere o direito a dispensa do estágio probatório, por entender pela sua vigência, de maneira a justificar uma possível prolação de nova decisão, não restando malferido o art. 514, II, do CPC.

Razão pela qual rejeito a preliminar.

É como eu voto.

Recife, 3 de 7 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



155.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Apelação cível nº 328664-8 - Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Apelante: Gisele Cristine Dias.

Apelado: Município de Jaboatão dos Guararapes.

VOTO DE MÉRITO

A questão meritória devolvida ao reexame voluntário deste colegiado sintetiza-se em verificar a possibilidade de dispensa de estágio probatório diante de aprovação da apelante em segundo concurso público para cargo idêntico em cumulação na mesma edilidade e a devida progressão vertical por titulação, por ser graduada e pós-graduada.

Compulsando os autos originários, verifico que a apelante exerce o cargo de Professora 1, Classe III, 3E, com data de admissão em 12/02/2003, tendo sido nomeada em 2011, para o cargo efetivo de Professora 1, Classe I, 1A, tratando-se de mesmo cargo com as mesmas atribuições.

Dessa forma, o caso que ora se análise é uma das exceções abarcadas pela CF no tocante à acumulação remunerada de cargos públicos, em que a regra é a sua vedação, sendo possível quando houver compatibilidade de horários e observados os limites da remuneração, como delimitado pelo art. 37, XVI, da CF.

Além da acumulação de cargos públicos, *in casu*, o de dois cargos de professores, infere-se para deslinde da causa a questão do estágio probatório que nada mais é que um dos instrumentos utilizados pela Administração Pública para efetivar o princípio da eficiência, já que através dele a capacidade e aptidão dos servidores são avaliadas de acordo com os critérios de assiduidade, responsabilidade, disciplina, capacidade de iniciativa e produtividade no desempenho dos cargos públicos.

Sendo assim, importante ressaltar que o estágio probatório não se confunde com a estabilidade no serviço público, sendo este é uma das condições para a aquisição desta como se depreende do art. 41, § 4º, da CF:

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

De modo que o entendimento jurisprudencial consolidado é o de que a estabilidade diz respeito ao serviço público e não guarda relação com o cargo, assim o servidor estável, ao ser investido em novo cargo, não fica dispensado de cumprir com o novo estágio probatório, assim são possíveis situações em que o servidor público mesmo estável no serviço público não logre

~

êxito no estágio probatório relativo a outro cargo público que ocupa, consoante aresto do STJ adiante ementando:

ADMINISTRATIVO. POLICIAL CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. ESTÁGIO PROBATÓRIO. NÃO APROVAÇÃO. EXONERAÇÃO. POSSIBILIDADE. OFENSA À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. INOCORRÊNCIA. ESTRITA OBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO LEGALMENTE PREVISTO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COM TODAS AS FORMALIDADES. DESNECESSIDADE. ESTABILIDADE. CONDIÇÃO QUE NÃO AFASTA A SUBMISSÃO AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO NOVO CARGO. 1. A estabilidade é adquirida no serviço público, em razão do provimento em um determinado cargo público, após a aprovação no estágio probatório. Não obstante, sempre que o servidor entrar em exercício em um novo cargo público, mediante aprovação em concurso público, deverá ser submetido ao respectivo estágio probatório, não havendo impedimento de que o servidor estável seja "reprovado" em estágio probatório relativo a outro cargo público para o qual foi posteriormente aprovado em concurso. Precedente. 2. A estabilidade do servidor público, ora Recorrente, não tem o condão de afastar sua submissão ao estágio probatório para o novo cargo de Investigador de Polícia, para o qual foi aprovado em novo concurso público. Por conseguinte, está sujeito à avaliação inerente ao estágio probatório, podendo ser "reprovado", como de fato o foi, em procedimento administrativo, legalmente previsto e estritamente observado, com o contraditório e a ampla defesa assegurados. 3. A exoneração do servidor público aprovado em concurso público, que se encontra em estágio probatório, não prescinde da observância do procedimento administrativo específico legalmente previsto, sendo desnecessária a instauração de processo administrativo disciplinar, com todas suas formalidades, para a apuração de inaptidão ou insuficiência no exercício das funções, desde que tal exoneração se funde em motivos e fatos reais e sejam asseguradas as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Precedentes. 4. No caso dos autos, o procedimento administrativo para a não confirmação do Impetrante no cargo de Investigador de Polícia da Polícia Civil, em face da reprovação no estágio probatório – previsto no Decreto n.º 36.694/93, que regulamentou a Lei Complementar Paulista n.º 675/92 –, foi estritamente observado pelo Poder Público Estadual, ressaltando-se que o Impetrante foi pessoalmente notificado dos fatos a ele imputados, foi apresentada defesa escrita com a juntada de documentos, bem como houve julgamento pelo órgão competente, com a exposição dos motivos e fundamentos da decisão. 5. Recurso ordinário desprovido (RMS 20934/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 01/12/2009, DJe 01/02/2010).

Ademais, diferente da jurisprudência colacionada pela apelante em que se possibilitou a dispensa do estágio probatório, diante da sucessão de cargos públicos, a situação ora posta é diferente, uma vez que não se trata de sucessão, mas sim de acumulação de cargos públicos, e, por isso mesmo, imperiosa a necessidade de submissão ao estágio probatório para que a recorrente seja avaliada se reúne condições para o exercício cumulado com o segundo cargo de professora, mesmo se tratando de cargos com a mesma atribuição.

Outrossim, a apelante fundamenta suas razões no direito de dispensa do segundo estágio probatório com fulcro no parágrafo único do art. 7º da Lei Municipal nº 176/1995, *in verbis*:

Art. 7º Após o ingresso na carreira de Magistério, o Professor permanecerá em estágio probatório, por um período mínimo de 02 (dois) anos de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino de Jaboatão dos Guararapes.

Parágrafo Único. Fica dispensado do estágio probatório, de que trata o presente artigo, o professor nomeado por concurso, desde que conte à época com 02 (dois) anos de efetivo exercício como estável no Município, em funções idênticas aquelas para as quais prestou concurso.

Ocorre que, com o advento da Lei Municipal nº 178/2002, que instituiu o Plano de cargos, carreiras e remuneração do Grupo Ocupacional do Magistério de Jaboatão dos Guararapes, o supramencionado artigo que conferia o direito de dispensa do estágio probatório foi revogado, não sendo cabível a tese sustentada pela autora, ora apelante, de que apenas o *caput* do artigo fora revogado e de que o seu parágrafo único continuaria em vigor, ora este último serve justamente para expressar os aspectos complementares à norma enunciada no *caput* e as exceções à regra por este estabelecida.

Além do mais, a revogação parcial que defende a apelante não pode se dar de maneira implícita, devendo ser declarada expressamente, de acordo com o art. 9º da LC nº 95/1998 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, o que não se deu conforme se vê no art. 52 da Lei Municipal nº 178/2002.

Diferente do defendido pela recorrente, a edilidade apelada prevê no Estatuto dos Servidores Municipais de Jaboatão dos Guararapes a necessidade de submissão ao estágio probatório ainda que adquirida a estabilidade no serviço público, são os termos do art. 33:

Art. 33. O funcionário estável não fica dispensado de novo estágio probatório, quando nomeado para outro cargo, observadas as normas de recondução.

Sendo assim, diante da impossibilidade de dispensa do estágio probatório, não cabe a progressão funcional requerida pela apelante, é que a Lei Municipal nº 178/2002 estabelece que não haverá progressão funcional enquanto o servidor estiver em estágio probatório, conforme previsão em seu art. 16 que dispõe:

Art. 16. O desenvolvimento da Carreira do Grupo Ocupacional do Magistério ocorrerá mediante progressão vertical e horizontal.

Parágrafo Único. Não haverá progressão funcional enquanto o professor estiver em estágio probatório ou afastado do efetivo exercício das atividades inerentes ao magistério na Rede de Ensino deste Município, com exceção daqueles cedido que estejam exercendo atividades inerentes ao magistério, que terá direito a programa vertical e a progressão horizontal por tempo de serviço.

No mesmo sentido posto, é a jurisprudência do STJ, conforme aresto adiante ementado:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. INVESTIDURA EM NOVO CARGO. NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE POSICIONAMENTO NO FINAL DA CARREIRA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O servidor estável, ao ser investido em novo cargo, não está dispensado de cumprir o estágio probatório. Precedentes. 2. Não encontra amparo na jurisprudência desta Corte Superior a pretensão da recorrente quanto ao seu posicionamento no final da carreira, na medida em que o provimento do cargo público através de nomeação é um provimento originário, ou seja, não guarda nenhuma relação com a anterior situação do servidor. 3. A movimentação na carreira

pela progressão funcional objetiva estimular o servidor a se tornar mais eficiente no serviço público, eficiência aferível mediante avaliação funcional, necessitando, por isso, que o servidor conte com determinado tempo de serviço no cargo, sendo inadmissível, para esse fim, contar o tempo de serviço em cargo anterior (RMS 22.866/MT, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 29.06.2007). 4. Agravo Regimental desprovido (AgRg no REsp 1015473/RS, T5, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 07/04/2011).

Feitas estas considerações, voto pelo improvimento do apelo, ratificando-se o julgado de origem.

É como voto.

Recife 3 de 7 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0328664-8
APELANTE: Gisele Cristine Dias
APELADO: Município de Jaboatão dos Guararapes
RELATOR: Des. Ricardo Paes Barreto
REVISOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

DESPACHO

Processo revisto. Inclua-se em pauta.

Recife, 09 de junho de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Revisor